

MEMÓRIA - REUNIÃO CADES BUTANTÃ

DATA: 14/10/2025

LOCAL: ON LINE

Link da videochamada:

meet.google.com/oya-visk-abx

HORÁRIO: 19h00 às 21h

PRESENTES:

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SUBPREFEITURA BUTANTÃ TITULAR

Maria Sampaio Bonafé

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DASVMA

Solange Santos Silva Sánchez

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVILTITULARES:

Angela Martins Baeder

Élio Jovart Bueno de Camargo

Mariana Cristina Moraes da Cunha

Mila Maluhy

Suzana Guinsburg Saldanha

Vanessa Munhoz da Silva

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL SUPLENTES

Thais de Barros Pimentel

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVILTITULARES AUSENTES

Ana Aragão (justificada)

Bruno Salerno (justificada)

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO

Maria Bonafé

Transmissão simultânea Youtube, organizada por

Pedro Souza Rosa Rede Ambiental Butantã

PALESTRANTES

Elisabeth Grimberg

Socióloga e Mestre em Sociologia pela UFRGS. Sócia-fundadora do Instituto Pólis.
Assessora Senior de Resíduos Sólidos.

Diretora do Instituto Pólis por 14 anos.

Coordenadora da Campanha São Paulo Composta, Cultiva.

Co-promotora da Aliança Resíduo Zero Brasil. Membro da Aliança Global Alternativas à Incineração.

Pedro Souza Ferrão

Engenheiro Ambiental graduado pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC - USP) e estudante de mestrado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU-USP). Consultor de projetos na equipe de resíduos sólidos e agroecologia do Instituto Pólis e consultor em ciências e técnicas de governo pelo Instituto Carlos Matus. Professor do Programa de "Conhecimentos Acadêmicos em Governos Comunitários" da Universidad Cooperativa de Colombia.

OUTROS PARTICIPANTES

Antonia Celi Pereira - munícipe, bióloga, doutoranda na área ambiental.

Pedro Souza Rosa - Rede Ambiental Butantã

PAUTA ÚNICA

INCINERAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE E NO MEIO AMBIENTE

Desvendar riscos da incineração (rejeitada por países desenvolvidos) e apresentar alternativas sustentáveis.

Houve necessidade de alteração no Link de acesso pelo google meet, passando de meet.google.com/dhh-bvta-pkk para meet.google.com/oja-visk-abx e houve Transmissão ao vivo no YouTube pela @RedeAmbientalButantã.

Houve apresentação dos Conselheiros e dos Palestrantes, com agradecimento aos mesmos pela palestra.

PALESTRA Elisabeth Grimberg e Pedro Souza Ferrão

Elisabeth: iniciou a palestra abordando o futuro dos resíduos sólidos de São Paulo, desafios e alternativas, informando que participa de um grupo criado em 2020, que faz essa campanha e trabalha com os pontos que serão trazidos na apresentação.

A quantidade de resíduos urbanos gerada na cidade de São Paulo por ano é suficiente para criar uma montanha de 175m de altura por toda a Av Paulista, duas vezes mais alta que o Conjunto Nacional. A situação da gestão dos resíduos sólidos em São Paulo: a cidade gera 12 mil toneladas de resíduos domiciliares por dia. Aproximadamente 98,5% destes são transportados para os dois aterros sanitários: VTL e Caieiras. São gastos atualmente cerca de 4 bilhões em dois contratos de concessão que foram renovados com dois grandes consórcios que operam esse sistema de coleta e destinação de resíduos. É um dos cinco maiores orçamentos da cidade. A nossa base de referência é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída em 2010. Apenas 20% do que é gerado nos domicílios deveriam ser destinados aos aterros sanitários. Considera o Plano Integrado de Resíduos Sólidos o instrumento chave (são 5570 municípios). São Paulo poderia estar reciclando mais de 70% de seus resíduos sólidos. Foi assinado um contrato que prevê a construção de três incineradores (região de São Mateus, Santo Amaro

e antigo aterro Bandeirantes), com valor de 80 bilhões, sendo que em torno de mais de 11 bilhões serão destinados para a construção desses equipamentos. Não houve debates nem consulta pública, nem aos Conselhos Municipais. O Polis junto com o Tribunal No ano passado foi promulgada a Lei 18.209/2024 que alterou mapas do Plano Diretor para o bairro de São Mateus, que deixou de ser Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais e passou a Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental. Chamam de Ecoparque a instalação destes incineradores. Isso gerará o corte de 62.700 árvores, espécies nativas da Mata Atlântica, ameaça a 5 nascentes do Córrego Aricanduva, podendo agravar enchentes na região. A SVMA autorizou o corte das árvores. Outro Ecoparque seria no Aterro Bandeirantes, o que eles chamam de Unidade de Recuperação Energética. Um EIA/RIMA desse empreendimento foi aprovado também pela CETESB. Essa última região integrao Cinturão Verde da Biosfera, reconhecido pela UNESCO em 1994. Tem o Parque Anhanguera, o Parque Estadual do Jaraguá e a Serra da Cantareira, locais extremamente sensíveis e delicados.O Procurador Geral da Justiça de São Paulo entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra a aprovação dessa Lei que altera o Plano Diretor.Sob o ponto de vista ambiental, a incineração gera gases cancerígenos e de efeito estufa. São poluentes orgânicos persistentes, ou seja, se mantêm na atmosfera e não desaparecem. São resíduos tóxicos perigosos. Sob o ponto de vista econômico os custos são mais altos do que os sistemas de compostagem e biodigestão. A incineração destrói matérias primas que têm ciclos de vida a cumprir. Alto custo e baixa eficiência. A biodigestão gera seis vezes mais energia. As desigualdades sociais quanto aos aspectos socioprodutivos, vão agravar as desigualdades sociais, prejudicando catadores, cooperativas, recuperação e reaproveitamento de resíduos. Temos um documento que foi feito pela Coordenadoria do governador Tarcisio, chamado de manejo dos resíduos sólidos da cidade de São Paulo, em descumprimento à legislação tanto da Política Nacional quanto do Plano de Gestão Integrada, que são chamados de ilegalidades da incineração. Os resíduos seriam queimados sem a separação nem reciclagem. A incineração também não contribui para a transição rumo a uma matriz energética limpa sustentável.As alternativas são, reciclar e construir unidades de biodigestão e compostagem (que apresenta benefícios para a saúde e meio ambiente, substituindo fertilizantes químicos, estímulo à produção de hortas orgânicas).Foi encaminhada representação na Defensoria Pública e outras instituições. Foram levados os posicionamentos nas mídias tradicionais e sociais, bem como ações de rua. Foi produzido um documento chamado **Recuperação Energética de Resíduos Sólidos Urbanos - mitos e fatos sobre incineração**. Foi um documento baseado em extensa referência bibliográfica e com base em estudos atualizados. Pedro vai especificar.

Pedro: o documento está baseado em 14 mitos que são desmentidos e muitas propagandas que defendem a incineração e que, na verdade são mentirosos. Traz argumentos contra a incineração que podem ajudar na discussão pública. Foram apresentados alguns deles:

- A incineração tem custo alto para os consumidores de energia. Os recursos que estão sendo investidos na incineração, poderiam ser utilizados na produção de energia por meio de usinas solares, seria oito vezes mais energia. Trata-se da tecnologia mais cara para tratar resíduos sólidos urbanos. Pode custar de três a dez vezes mais comparado com reciclagem, compostagem e até mesmo com aterros sanitários.
- A incineração gera muito menos emprego e muita poluição. Cento e noventa vezes menos empregos, cujos recursos poderiam ser utilizados para a reciclagem. Trata-se de da fonte de energia mais poluente, pode emitir até dezenove vezes mais CO₂, equivalente por quilowatt/hora do que a atual matriz elétrica brasileira.
- O incinerador cria uma demanda constante por combustível pois não pode ser desligado, reiniciar o processo sairia muito oneroso.

- Temos experiências práticas a partir da Noruega e Suíça e algumas regiões da Inglaterra que investiram em incineração e viram suas taxas de reciclagem estagnarem ou diminuírem.
- No Brasil, a incineração conflita com o trabalho dos catadores, que não terão acesso aos materiais recicláveis, ameaçando sua renda.

Debate:

AngelaBaeder: agradeceu a apresentação, destacando a importância de esclarecer e desmistificar afirmações que vêm sendo veiculadas na imprensa pelo governo.

Maria Bonafé: pergunta sobre a posição da CETESB.

Elisabeth Grimberg: relata que houve debates no Consema, mas a tecnologia ia ser considerada como viável no Estado de São Paulo, sendo aprovada pela CETESB.

Élio Camargo: pergunta se fazendo reciclagem e compostagem com os orgânicos, os rejeitos seriam queimados.

Elisabeth Grimberg: mencionou que há estudos realizados pelo Pólis, também tese de doutorado da Unisinos, que indicam que só 50% dos plásticos que chegam nas cooperativas são passíveis de reciclagem. Destacou o tratado global de plásticos, que indica que se reduza até eliminar plásticos de uso único. Mencionou a questão da obsolescência programada (telefones, computadores, impressoras etc., são programados para terem uma vida útil curta). Ressaltou que há uma luta hoje no mundo pela questão do conserto, do condicionamento dos produtos, para que sejam mais ecoeficientes, passíveis de serem abertos reconicionados consertados. Citou fraldas descartáveis reutilizáveis tem uma vida útil muito mais duradoura, dando como exemplo a Morada da Floresta. Lembrou que na década 1990 o Greenpeace estava à frente dessa luta. Por fim, destacou que a quando há queima, a responsabilidade do produtor vai para as “cucuias”, a logística reversa não acontece, o fabricante é definitivamente quem tem que ser responsável pela coleta seletiva e a classificação. Salientou a importância de reduzir, enterrar o mínimo., para se chegar em resíduo zero no aterro. É um desafio visando o que é melhor para o meio ambiente, para as novas gerações.

Solange Sánchez: agradeceu a disponibilidade para fazer a palestra, ressaltando a importância do diálogo e de amplificar toda essa discussão levar para as diferentes instâncias, na medida do possível divulgar para os mais diferentes públicos para fazer um contraponto. Pergunta se com toda essa mobilização que vem ocorrendo com diferentes grupos associações da sociedade civil foi possível levar essa pauta para o CADES Municipal.

Elisabeth Grimberg: respondeu que infelizmente não, frisando que não tem canal de comunicação ao CADES Municipal. Ponderou que talvez o CADESBT pudesse ajudar.

Suzana Guinsburg: ressaltou que aprendeu muito com Elisabeth nas Conferências Livres de Meio Ambiente. Falou que é conselheira suplente no CADES Municipal e que poderia levar essa questão.

AngelaBaeder: comentou que olhando o mapa de São Paulo fica bem claro que parte de uma lógica: eles colocam o incinerador na região norte e leste, o que é um absurdo, é uma visão de mundo que não é minimamente respeitável, lembrou que Mauá, Santo André são vizinhos com uma população de mais de 500 mil habitantes. Comentou que essa concepção de periferia que é terrível, por que não colocar o

incinerador ao lado da morada do governador, do prefeito para ver se não é poluente. Destacou que é uma concepção muito classista, territorial completamente equivocada em relação à dinâmica ambiental.

Thais de Barros Pimentel: Pergunta como poderia sensibilizar para a questão de não incineração através da própria empresa privada, das Indústrias? Citou a regulamentação para o vidro, o uso representa uma queda brutal de consumo de energia, totalmente reciclável. Pergunta se a própria empresa privada não poderia ser aliada esse dessa resistência à incineração.

Elisabeth Grimberg: responde firmando que o vidro é realmente um material retornável, 100% reciclável. Ressaltou que acompanha os processos da implementação de logística reversa que é frouxa, inclusive na indústria do vidro, que não assume a responsabilidade com os resíduos. Mencionou a questão dos containeres, de construção civil, resíduos de demolição, mas as pessoas jogam outras coisas e tudo misturado é lixo. Salientou a necessidade de uma política que responsabilize a indústria no pós consumo pela coleta do seu resíduo. Afirmou que os catadores podem se profissionalizar, alguns já estão motorizados, mostrando que eles têm capacidade para avançar para serem prestadores de serviço, com cooperativas, uma forma de distribuição de receitas.

Suzana Guinsburg: leu a primeira pergunta do chat do Youtube, sobre a autorização da supressão de vegetação em São Mateus e a emissão de um TCA.

Elisabeth Grimberg: destacou que o TCA, termo de compromisso ambiental, possibilitou o corte, mas há uma liminar, que proibiu. Também há uma ação de inconstitucionalidade relativa à mudança do zoneamento, da deputada Juliana Cardoso. Mencionou que na audiência pública de São Mateus participaram mais de 300 pessoas. Citando ao estudo feito pelo Pólis, mencionou que em Paris foram encontradas substâncias químicas tóxicas em escolas e parques próximos a um incinerador, na Espanha também. O filtro não tem capacidade de capturar tudo que vai que é emitido, é biocumulativo. Concluiu afirmando que a mobilização da sociedade civil, com parceiros estratégicos, é importante ouvir especialistas.

Suzana Guinsburg: leu outra pergunta do Youtube, da Sônia Csordas, sobre a tecnologia do incinerador.

Elisabeth Grimberg: respondeu que a queima de matéria, seca. Para o material úmido tem que gastar energia para fazer biosecagem para depois queimar. Citou s estudos da Unisinos, feitos por engenheiros químicos que afirmam ser comum usar o diesel para combustão, lembrando que no Brasil quase 50% é úmido. Citou o professor Hélio Lopes que conhece gerador de dentro.

Suzana Guinsburg: mencionou que na audiência de São Mateus, um representante do Ibama afirmou ser comum ter que importar lixo para manter o incinerador funcionando, é muito complexo, tem nos contratos que se faltar material, tem uma multa pela prefeitura.

Élio Camargo: afirmou que a prefeitura coloca a questão incinerador versus aterro, omitindo o que foi apresentado hoje; as cooperativas de reciclagem também deveriam entrar nessa briga, porque eles vão ser colocados para fora nessa história.

Pedro Ferrão: alertou sobre quão impactante foi a falta de participação no processo de renovação dos contratos, um valor de 80 bilhões de reais para renovação por mais de 20 anos com as mesmas duas

empresas que já não cumpriram boa parte do que estava acordado no contrato anterior. Há falta de participação social no processo de renovação dos contratos, participação essa que estava prevista em lei. Ressaltou que a população do Município de São Paulo e demais impactadas tem que se mobilizar localmente para impedir essas iniciativas. Questiona quais são os reais interesses públicos no processo de renovação, pode-se interpretar como um desperdício de tempo e recursos públicos. Ponderou que se tivesse sendo feito de uma maneira correta a renovação, não se perderia tanto tempo, concluiu afirmando que é preciso sair de uma lógica que prioriza o lucro. de algumas poucas empresas em detrimento da gestão correta e sustentável dos resíduos sólidos. Ressaltou que a participação social e a mobilização social são muito importantes, o único caminho possível para garantir um futuro mais sustentável para gestão de resíduos aqui em São Paulo.

Elisabeth Grimberg: apontou que não se apresenta exatamente a quantidade que vai ser queimada, parece que a capacidade prevista para cada incinerador é de 12 mil toneladas. Não se menciona o catador no contrato, não estão preocupados com isso. O assunto saiu na imprensa, foram ao Ministério Público, com representação contra a prefeitura. Comentou que se fala muito do Japão, mas esse país não tem área, aqui tem a fronteira agrícola para destinar compostagem destinar fertilizante orgânico livre de químicos, em São Paulo tem 600 iniciativas do cinturão verde da zona sul, produzindo alimentos.

Angela Baeder: comentou que em Stuttgart na Alemanha, na década de 60, tiveram que importar lixo. Alertou que não se pode nem implantar coleta seletiva porque diminui o que vai para o incinerador. Leu perguntas do Youtube sobre corte de árvores e sobre o aterro Bandeirantes.

Elisabeth Grimberg: indica a página do Polis para acessar o documento sobre mitos e verdades da incineração. Comentou sobre a fragmentação do projeto, afirmando que a população não se deixou enganar. Citou pesquisador americano que veio aqui a São Paulo lançar a aliança resíduos, em 2014, afirmando que é preciso ser ousado, retirar 35% de orgânicos e recicláveis secos dos aterros e compostagem. Reiterou a necessidade mudar a matriz energética, a produção de plásticos é derivada do petróleo e os lucros são brutais. Citou a estratégia nacional de enfrentamento da poluição do oceano, lançada pelo MMA, para orientar as políticas públicas na prevenção e eliminação do plástico no Oceano. Ressaltou a importância de conversar sobre isso porque as pessoas criaram uma dependência dos plásticos descartáveis muito grande, afirmou que pequenas atitudes também são importantes.

Suzana Guinsburg: mencionou a indústria da moda, que usam plástico na composição das roupas. a gente vê.

Elisabeth Grimberg: comentou que são materiais que também vão para o incinerador.

Maria Bonafé: pergunta se pode considerar o incinerador um crime ambiental, se não tem nenhuma lei federal que trate desse tema.

Elisabeth Grimberg: comenta que essa pergunta dá uma oportunidade de contar que existe um projeto de lei do deputado federal Ivan Valente.

Solange: ressalta a importância do contraponto à ideia de que a incineração é a modernidade é a solução viável e não tem outra. Ressalta que o debate público é fundamental.

Elisabeth Grimberg: reafirma ser muito importante esse debate, lembrando que na audiência pública de São Mateus, houve participação do conselho do parque natural Cabeceiras do Aricanduva e foi uma situação muito complexa porque na primeira reunião, houve pressão sobre os conselheiros, era aberta a palavra para a população, que foi muito contundente nas colocações, a sociedade civil que votou em bloco contra o empreendimento, mas a pessoa que foi era da SVMA, votou duas vezes porque era o voto de Minerva. Concluiu dizendo que são muito complexas mesmo.

Maria Bonafé: salientou que o debate foi muito valioso, digno de reconhecimento, mencionando que não há essa abertura no caso da questão da área contaminada, mas o CADES está “batalhando”.

Elisabeth Grimberg: ponderou que por essa razão a judicialização cresceu tanto, porque quando não consegue canais de diálogo, o governo governa para si mesmo e para as empresas, fazer pressão junto ao poder judiciário é o que sobra.

Élio Camargo: comenta que o plano de gestão integrada de resíduos sólido deveria ser transformado em lei.

Elisabeth Grimberg: ponderou que essa exigência é uma grande polêmica, porque tanta lei não é cumprida, podendo ter outros mecanismos, como mecanismos de contingência, com a liberação de um recurso se o município tiver plano, por exemplo. Menciona que a lei não prevê punição para quem não tiver plano para quem não cumprir. Concluiu reafirmando que ter apenas rejeito no aterro, em 10 São Paulo poderia ter desviado 70% dos resíduos, talvez até mais. Então, nós estaríamos outro país, referência para o mundo, salientando emitir gás de efeito estufa em uma época de emergência climática, é inadmissível. Reafirmou que ter a queima e um incinerador numa temperatura que não emita nada é quase impossível, segundo os engenheiros e técnicos que dominam esse assunto. Salientou que os filtros é a parte mais cara do equipamento, e questionou quem vai medir, monitorar, não vai funcionar.

Solange Sánchez: salientou que toda essa informação qualificada, todos esses argumentos precisam realmente estar no debate público, porque há uma narrativa predominando e ganhando espaço.

AngelaBaeder: pergunta se as reuniões do CADES Municipal são abertas.

Solange Sánchez: responde que são públicas.

Elisabeth Grimberg: ponderou que para falar no CADES Municipal seria importante convidar mais pessoas, Claubert Leite, professor Hélio Lopes, que trabalhou em Cubatão, concordou em fazer uma apresentação mais generalista com a participação de especialistas para responder questões mais técnicas.

AngelaBaeder: apontou ser importante mostrar o que ocorre nos municípios com a possibilidade de coleta seletiva, de compostagem feita pela prefeitura.

Maria Bonafé: sugere formar uma rede com as pessoas que estão participando da reunião.

AngelaBaeder: comenta que não será fácil inserir essa pauta no CADES e que também é preciso levar para a Câmara Municipal.

Suzana Guinsburg: relata que acabou de entrar no CADES Municipal, e que a sensação é que as pessoas simplesmente estão lá para chancelar, menciona uma votação sobre o FEMA, sobre prestação de contas e não deram documento antes para as pessoas estudarem. Afirmou que tem as câmeras técnicas que aí sim, tem um estudo um pouco mais aprofundado, mas que ainda participou de nenhuma. Questiona se a participação tem sido efetiva, citando como exemplo o caso do corte de árvore por Subprefeitura, em que o CADES não participa de nada, como aconteceu recentemente no Parque Continental quando árvores estavam sendo suprimidas dentro de um CDC, mas efetivamente a gente não tem uma atuação que possa impedir.

Maria Bonafé: agradeceu mais uma vez à palestrante e a Pedro Rosa que fez a transmissão,